

RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2021

1. Apresentação

A Prefeitura do Município de São João do Araguaia, Estado de Pará, esta sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e controle externo, a cargo do Poder Legislativo Municipal com apoio técnico do Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao que dispõe nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 101/00 e Instrução Normativa do TCM/PA; passa a apresentar o Relatório do Controle Interno, parte integrante da prestação de Contas do ano de 2021.

O órgão de Controle Interno do Município de São João do Araguaia - PA, foi criado pela Lei nº. 2.117/2005 de 14 de junho de 2005. O cargo de Controle Interno foi ocupado durante o ano de 2021 por servidor nomeado. Desde sua criação foi constante a busca de uma estrutura capaz de orientar a gestão administrativa a um atendimento mais eficaz aos princípios constitucionais, com o desenvolvimento de critérios para salvaguardar os interesses econômicos, patrimoniais e sociais da municipalidade, além de prevenir falhas, estimular a eficiência operacional e o efetivo controle, adotando procedimentos de normatização capazes de atender as determinações legais.

2. Introdução

O Controle Interno procurou adotar como referência Relatório de outros Municípios bem como os relatórios dos exercícios de 2021 e anteriores, e passa a relatar os aspectos que condicionaram o comportamento contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional sob a visão deste órgão.

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 demonstra que houve uma evolução das práticas implementadas por instrução legal, o que proporcionou um maior equilíbrio as contas públicas, tendente a se consolidar no

exercício de 2021, evidenciando que a condução dos negócios públicos tem sido pautada em uma gestão fiscal responsável.

Na função de acompanhamento concomitante, durante o ano de 2021, o Controle Interno do Município de São João do Araguaia/PA, considerando a ausência de uma normatização municipal em relação à Controladoria, optou por atender a cada determinação legal relacionada a controle, iniciar o processo de normatização e otimizar a prestação de serviços internos e externos, exigindo medidas incisivas de planejamento e programação financeira, preservando a legalidade e desta forma, também garantindo a legitimidade dos procedimentos.

Este órgão adotou uma postura integrada, buscando auxílio nas assessorias do município na obtenção de informações claras visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo a legislação pertinente e estimulando a obediência e o zelo às políticas adotadas pela administração.

3. Análise dos textos legais

Em conformidade com a Lei nº. 4.320/64, Lei Complementar nº. 101/2000 e as Instruções do TCM/PA, o Controle Interno acompanhou a legalidade dos atos que geraram receitas e às despesas públicas com o nascimento ou extinção de direitos e obrigações; acompanhou o cumprimento do Plano Plurianual - PPA, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e posteriormente a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, culminando com posteriores medidas de compatibilização necessárias ao seu regular cumprimento e verificação da implementações das metas com **eficiência** e **eficácia**, atingindo os resultados propostos.

3.1 Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Na avaliação do cumprimento das metas com eficácia, eficiência e a efetividade, constatou-se que:

- Foram atingidas pela administração as metas propostas;
- Os gastos realizados foram compatíveis com as ações efetivamente realizadas;
- As ações alcançaram, de fato, a satisfação aos anseios da população.

A arrecadação da receita corrente efetivou-se próximo do esperado, já a receita de capital, não correspondeu ao esperado, tendo em vista os convênios que não

foram totalmente repassados, e ainda em andamento, provavelmente o serão no exercício seguinte.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei nº. 4.320/64, na LRF e demais legislações.

As ações executadas pelo Município de São João do Araguaia/PA no exercício de 2021, voltadas à manutenção das atividades dos serviços públicos, das políticas públicas de Estado e de Governo, o atendimento às necessidades da população de São João do Araguaia/PA e o cumprimento dos limites legais, configuraram o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas. Portanto, o Controle Interno considera que a execução orçamentária de 2021 atendeu as determinações legais, atingindo as metas e diretrizes previstas na LDO.

3.1.1 Metas de Resultado Primário e Resultado Nominal

Houve um resultado Primário de **R\$ 259.502,38** (duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dois reais e trinta e oito centavos), contra uma estimativa de Meta Fiscal de **R\$ 102.100,00** (cento e dois mil e cem reais). Portanto, o resultado parcialmente acolheu a meta estabelecida.

O resultado Nominal foi de **R\$ -66.444,18** (sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos negativos) o que não permitiu o cumprimento da meta estabelecida que foi o pagamento do parcelamento da dívida sem a necessidade de se criar novos passivos.

O resultado Nominal do exercício de 2021 demonstra um decréscimo, o que significa resultado positivo se comparado com os anteriores.

É possível observar que houve um superávit orçamentário e que foi cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal já que o município não gastou mais que arrecadou no exercício.

4. Elaboração do Orçamento

A LOA configurou no município de São João do Araguaia um instrumento de planejamento de receita e despesa, pois através dele foi possível estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equilibrando-os com os recursos disponíveis no Município.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município pelos responsáveis de cada departamento e em seguida, discutido as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios: evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos; os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte; a previsão do repasse do ICMS e do FPM; a expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária; a projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições; a legislação vigente.

Da mesma forma a fixação das despesas para cada unidade orçamentária decorreram da análise de: quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros; as metas previstas no PPA; as metas e prioridades definidas na LDO; a implementação de programas de redução de despesas em caráter geral; a fixação da reserva de contingência, conforme LDO; a receita estimada; a legislação vigente.

A receita do Município foi estimada em R\$ 53.007.337,18 (cinquenta e três milhões, sete mil, trezentos e trinta e sete reais e dezoito centavos) e a despesa foi fixada em igual valor.

Lei Orçamentária – Exercício 2021

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	Valor (R\$)	DESPESAS FIXADAS POR CATEGORIA	Valor (R\$)
---	--------------------	---	--------------------

Receitas Correntes	54.617.836,16	Despesas Correntes	44.818.123,00
Receitas de Capital	2.480.182,91	Despesas de Capital	7.431.758,00
Deduções do FUNDEB	(-) 4.090.681,89		
Soma da Receita	53.007.337,18	Soma da Despesa	52.249.881,00
		Reserva de Contingência	757.456,18
Total	53.007.337,18	Total	53.007.337,18

5. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, LRF e demais legislações pertinentes.

A programação financeira – Receita - Foi elaborada com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita; nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação; nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior; informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021; informações oriundas de receitas vinculadas estimadas.

Após a elaboração da programação da receita, foi estabelecido o Cronograma de Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios; indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior; indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa; informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021; informações do setor de pessoal da entidade; informações oriundas de receitas vinculadas estimadas; indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas; indicação das reservas técnicas; informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a Câmara; previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Como pode ser observado no quadro abaixo:

O valor da receita orçada para o exercício foi de 53.007.337,18 e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de **R\$ 46.666.351,56**, ocorrendo uma

diferença positiva que entre a receita orçada e a efetivamente arrecadada no valor de **R\$ 6.340.985,62**.

Alguns dos programas inicialmente inseridos no orçamento, não foram executados pela falta de recursos financeiros, outros foram substituídos para atender as prioridades da sociedade de São João do Araguaia, em relação aos Programas de Governo e às Políticas Públicas. Em última análise a execução orçamentária atendeu as determinações legais e primou pela satisfação dos anseios da população.

5.1 Créditos Adicionais Suplementares e Especiais

A abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações orçamentárias se deu em conformidade com a prescrição legal, respeitado o limite autorizado na LOA e a partir do alcance deste limite, através de prévia autorização legislativa.

Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Através da demonstração abaixo é possível vislumbrar um comparativo positivo em relação a receita arrecadada.

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA

Exercícios de 2019, 2020 e 2021

EXERCÍCIOS	2019			2020			2021		
	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	41.463.844,00		108,18	43.968.941,27		106,47	50.056.002,69	91,65	107,26
(-dedução FUNDEF)	-3.423.039,85		8,93	-3.284.104,99		7,97	-4.338.626,57	106,04	9,30
Receitas de Capital	288.540,20		0,75	610.367,58		1,48	948.975,44	38,26	2,03
TOTAL	38.329.344,35		100,0	41.295.203,86		100,0	46.666.351,56	88,04	100,0

5.3 Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Da mesma forma é possível vislumbrar o quadro de despesas:

COMPARATIVO DE DESPESA REALIZADA			
EXERCÍCIO DE 2019, 2020 e 2021			
EXERCÍCIO	2019	2020	2021
ESPECIFICAÇÃO	Realizada	Realizada	Realizada
Despesa Corrente	38.346.973,17	43.731.869,09	46.628.785,77
Despesa de Capital	885.020,75	2.199.842,22	2.440.157,08
Total	39.231.993,92	45.931.711,31	49.068.942,85

A crescente exigência de serviços pela população, assim como da demanda, justificam o crescimento das despesas, que se analisadas sob a elevação do incremento conclui-se por uma variação positiva.

5.4 - Reserva de Contingência

Não ocorreu no Município de São João do Araguaia nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, portanto a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recurso para a abertura de créditos adicionais.

6. Avaliação da aplicação dos gastos com Pessoal

As despesas com pessoal e encargos sociais do executivo se mantiveram em relação a Receita Corrente Líquida **R\$ 45.717.376,12**, fora dos limites legais. Verificando-se um percentual de **61.59%**, foram gastos **R\$ 28.158.770,11**, com pessoal.

7. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais.

7.1 Aplicação no Desenvolvimento do Ensino

APLICAÇÃO NO ENSINO	
EXERCÍCIO DE 2021	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	24.480.961,18
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.810.603,40
Percentual Aplicado no Ensino Fundamental (C/A*25%)	27,82%

Como pode ser observado, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os restos a pagar do ensino foram quitados com recursos financeiros correspondentes na conta bancária vinculada ao ensino.

.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB	
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	
EXERCÍCIO DE 2018	
Receitas Recebidas no Exercício 2021	17.739.661,08
Despesas Empenhadas no Exercício 2021	18.129.972,90
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profissionais do Magistério (60%)	13.979.487,04
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério * 100%	78,80%

Como pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 70% (setenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a legislação vigente.

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil, mas não deixou de incentivar e atuar no ensino médio e superior por estarem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação e aplicados os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal.

8. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2021		
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos.	24.484.749,52	
Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde com recursos próprios [percentual = *100]	5.578.337,82	22,78%

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Conforme pôde ser observado no exercício de 2021 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, índice superior, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº. 029/2000.

9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS	
EXERCÍCIO DE 2021	
HISTÓRICO	INGRESSO
Saldo de exercício anteriores	0,00
Saldo do exercício de 2021	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00

Não houve recursos arrecadados no exercício financeiro de 2021, oriundos da alienação de bens.

10. Observância ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA.		
Exercício 2021		
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2020.	Limite Máximo de Repasses 7% das receitas arrecadadas em 2021, conforme primeira coluna.	Repasse Realizado
R\$ 19.393.823,33	R\$ 1.357.567,68	R\$ 1.357.567,68

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedeceram o disposto na Emenda Constitucional 25/2000. Portanto o Poder Executivo respeitou as datas para repasse e o limite constitucional de acordo com a proporção fixada.

No exercício de 2021 o Poder Legislativo não devolveu aos cofres públicos da administração nenhum restante de montante financeiro.

11. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário

No Município de **São João do Araguaia**, não ocorreu danos ao patrimônio público municipal no exercício de 2021.

12. Gestão Financeira

Não foram inscritos restos a pagar no exercício.

O total da dívida fluante totaliza R\$ 288.934,72. A dívida fundada interna da - Prefeitura Municipal – será apurada após a consolidação dos parcelamentos do INSS com a Receita Previdenciária. Não houve dívida pública contraída no exercício de 2021.

A administração trabalhou com o objetivo de equacionar possíveis restos a pagar sem a disponibilidade de caixa correspondente, entretanto, seu compromisso é diminuir esta diferença de forma que os restos a pagar sejam, no máximo, no montante da disponibilidade de caixa, atendendo desta forma as exigências do art. 42 da Lei Complementar 101/00.

13. Gestão Patrimonial

Não foi realizado em 2021 o inventário de bens móveis e imóveis. A gestão do patrimônio requer da administração ações imediatas e efetivas para um levantamento rigoroso, composto de recadastramento de bens móveis e imóveis, atualizando sua localização e regularizando a documentação. O Controle Interno orientou para uma reorganização do patrimônio em caráter de urgência, tendo em vista sua preservação e legalização com etiquetamento e tombamento.

14. Conclusão

O Controle Interno avaliando o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município de **São João do Araguaia** no que se refere a **eficiência, eficácia e efetividade**. Conclui pela evolução da gestão administrativa do exercício de 2020 para o exercício de 2021. O tripé eficiência, eficácia e efetividade, tem sido perseguido com a busca de resultados, atingimento de objetivos e metas, tornando dinâmicas as políticas públicas. A efetividade pela preocupação com implementação de um relacionamento externo de resultados, atuante, ágil, tanto no que concerne ao administrado quanto na interação com as ordens superiores de governo, visando o atendimento das necessidades sociais.

A implementação de procedimentos de controles, fruto do desejo de aprimoramento, vem favorecer a aplicação de recursos públicos de forma mais eficaz, propiciando a efetividade das ações públicas em benefício da sociedade. Possibilitando ainda, que ao constatar quaisquer fragilidades, sejam adotadas medidas corretivas de imediato e caso necessário medidas austeras.

O órgão de Controle Interno da Prefeitura do Município de **São João do Araguaia** tem a preocupação de atuar de forma responsável e comprometida no acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional.

O atendimento as recomendações do Controle Interno no exercício de 2021 geraram resultados positivos e com base nestes procedimentos novas técnicas vão sendo implantadas para auxiliar o Gestor Municipal e seus chefes de departamentos, quanto aos aspectos técnicos de uma metodologia em construção permanente em busca de novos e melhores tempos para a cidadania e administração do Município de **São João do Araguaia**.

Este Relatório, bem como a Prestação de Contas buscou atender além das exigências da Instrução Normativa e Resoluções do TCM/PA, bem como a todos os mandamentos legais.

É o que coube ao órgão de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

São João do Araguaia/PA, aos 14 de março de 2022.

Antonio Carlos Silva Almeida
Coordenador de Controle Interno